



Revista Educação e Linguagens

Revista dos cursos de Pedagogia e de Letras da Universidade Estadual do Paraná
Unespar / Campus de Campo Mourão

Vol.16, e162617, 2026

Submetido em: 15/01/2026

Aceito em: 12/04/2026

Publicado em: 30/04/2026

Metodologias ativas e Educação Inclusiva: desafios e caminho para práticas pedagógicas inclusivas

Active methodologies and Inclusive Education: challenges and pathways to inclusive pedagogical practices

Metodologías activas y Educación Inclusiva: desafíos y caminos para prácticas pedagógicas inclusivas

 José Haroldo Evaristo Cavalcante¹

 Ivone das Dores de Jesus²



Resumo: Este artigo analisa a interseção entre metodologias ativas e educação inclusiva, buscando identificar como essas abordagens pedagógicas podem contribuir para superar desafios históricos no ambiente escolar. O objetivo central é investigar as potencialidades das metodologias ativas na promoção de um ensino eficiente que respeite a diversidade e garanta a equidade da aprendizagem. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa bibliográfica qualificada, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos que discutem o protagonismo estudantil e a inclusão escolar. Os resultados indicam que, embora existam barreiras estruturais e formativas, a implementação de estratégias como a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) favorece a autonomia dos estudantes, com e sem deficiência. Além disso, a formação continuada dos professores, a flexibilização curricular e o uso de recursos acessíveis são essenciais para que essas metodologias se concretizem de modo efetivamente inclusivo no cotidiano escolar. Essa transformação da prática docente, aliada ao uso intencional de metodologias ativas, é fundamental para construir uma escola democrática, acessível e comprometida com a aprendizagem significativa de todos. Assim, o estudo reafirma que a inovação pedagógica deve ser articulada ao respeito pelas diferenças e à participação ativa dos estudantes para garantir o direito à educação.

Palavras-chave: metodologias ativas; educação inclusiva; desenho universal para aprendizagem; aprendizagem baseada em problemas.

Abstract: This article analyzes the intersection between active methodologies and inclusive education, aiming to identify how these pedagogical approaches can help overcome historical challenges in the school environment. The central objective is to investigate the potential of active methodologies in promoting efficient teaching that respects diversity and ensures learning equity. The adopted methodology consisted of a qualified bibliographic research, based on classical and contemporary authors who discuss student protagonism and school inclusion. The results indicate that, although there are structural and formative barriers, the implementation of strategies such as Problem-Based Learning (PBL) and Universal Design for Learning (UDL) promotes the autonomy of students, both with and without disabilities. Furthermore, continuous teacher training

¹ Mestrando em Educação Inclusiva pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, MA, Brasil. Docente da Educação Básica Atuação No Centro de Ensino São José (CESJ) profissional da SEMED – Secretária Municipal de Educação de Lago da Pedra, Lago da Pedra, MA, Brasil. E-mail: cavalcanteetec@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3990-8330>

² Doutorado em Educação, Universidade Federal da Grande Dourado (UFGD), Dourados, MT, Brasil. Atua no quadro docente efetivo do departamento de educação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luis, MA, Brasil. E-mail: ivonedasdoresdejesus@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0843-907X>



curricular flexibility, and the use of accessible resources are essential for these methodologies to be effectively inclusive in everyday school life. This transformation of teaching practice, combined with the intentional use of active methodologies, is fundamental for building a democratic, accessible school committed to meaningful learning for all. Thus, the study reaffirms that pedagogical innovation should be articulated with respect for differences and the active participation of students to guarantee the right to education.

Keywords: active methodologies; inclusive education; universal design for learning; problem-based learning.

Resumen: Este artículo analiza la intersección entre metodologías activas y educación inclusiva, buscando identificar cómo estos enfoques pedagógicos pueden contribuir a superar desafíos históricos en el entorno escolar. El objetivo central es investigar las potencialidades de las metodologías activas en la promoción de una enseñanza eficiente que respete la diversidad y garantice la equidad del aprendizaje. La metodología adoptada consistió en una investigación bibliográfica calificada, fundamentada en autores clásicos y contemporáneos que discuten el protagonismo estudiantil y la inclusión escolar. Los resultados indican que, aunque existen barreras estructurales y formativas, la implementación de estrategias como el Aprendizaje Basado en Problemas (ABP) y el Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA) favorece la autonomía de los estudiantes, tanto con como sin discapacidad. Además, la formación continua de los docentes, la flexibilidad curricular y el uso de recursos accesibles son esenciales para que estas metodologías se concreten de manera efectivamente inclusiva en la vida cotidiana escolar. Esta transformación de la práctica docente, junto con el uso intencional de metodologías activas, es fundamental para construir una escuela democrática, accesible y comprometida con el aprendizaje significativo de todos. Así, el estudio reafirma que la innovación pedagógica debe articularse con el respeto a las diferencias y la participación activa de los estudiantes para garantizar el derecho a la educación.

Palabras clave: metodologías activas; educación inclusiva; diseño universal para el aprendizaje; aprendizaje basado en problemas; formación docente.

1 Introdução

A educação contemporânea enfrenta o desafio premente de se reinventar para atender a uma sociedade cada vez mais plural e complexa. As transformações sociais, culturais e tecnológicas das últimas décadas impuseram à escola a necessidade de rever seus modos de ensinar, aprender e avaliar, especialmente diante da exigência de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem significativa de todos os estudantes. Nesse cenário, a dicotomia entre o ensino tradicional, pautado na transmissão passiva de conhecimentos, e a necessidade de uma formação integral e inclusiva torna-se evidente. As metodologias ativas surgem como uma resposta a essa demanda, propondo o deslocamento do foco do professor para o aluno, transformando este último no protagonista de seu próprio processo de aprendizagem. No entanto, a aplicação dessas metodologias ganha contornos ainda mais profundos quando articulada à educação inclusiva, que não se limita apenas à inserção de alunos com deficiência no ensino regular, mas abrange o respeito a todas as formas de diversidade. Nessa perspectiva, pensar a inclusão implica reconhecer que a escola precisa reorganizar suas práticas, flexibilizar estratégias e construir condições pedagógicas que assegurem a participação efetiva de sujeitos com diferentes trajetórias, ritmos, linguagens e formas de aprender (Mantoan, 2003; Brasil, 2015).

O conceito de educação inclusiva, consolidado por marcos legais nacionais e internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), pressupõe que a escola deve se adaptar às necessidades de todos os estudantes, e não o contrário. Contudo, a prática cotidiana revela que a simples presença física do aluno na sala de aula não garante sua aprendizagem efetiva. Isso significa que a inclusão, para além do acesso formal, exige condições didáticas,

metodológicas e relacionais que favoreçam o pertencimento, a participação e o desenvolvimento pleno dos estudantes no espaço escolar. É nesse hiato que as metodologias ativas se inserem como ferramentas potentes para a superação de barreiras pedagógicas. Ao promoverem a colaboração, a experimentação e a reflexão crítica, essas abordagens permitem que diferentes ritmos e estilos de aprendizagem sejam contemplados, tornando o ensino mais eficiente e equitativo (Bacich; Moran, 2018; Mantoan, 2003).

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de discutir estratégias práticas que auxiliem os educadores na mediação de salas de aula heterogêneas. Muitas vezes, o professor sente-se desamparado diante da diversidade, recorrendo a práticas homogeneizadoras que acabam por excluir aqueles que não se enquadram no "padrão" esperado. Investigar como as metodologias ativas podem ser aliadas da inclusão é, portanto, um passo fundamental para a construção de uma pedagogia da autonomia, como defendia Paulo Freire. O respeito à diversidade não deve ser visto como um obstáculo, mas como uma riqueza que potencializa as trocas simbólicas e o desenvolvimento humano. Além disso, ampliar essa discussão mostra-se necessário porque a complexidade das demandas educacionais contemporâneas requer fundamentos teóricos mais consistentes, capazes de sustentar práticas docentes que articulem inovação, acessibilidade, equidade e compromisso com a aprendizagem de todos.

Diante desse contexto, e considerando que as metodologias ativas e a educação inclusiva se articulam como fundamentos essenciais para a construção de práticas pedagógicas mais democráticas e equitativas (Bacich; Moran, 2018; Mantoan, 2003), o presente artigo tem como objetivo geral analisar as contribuições dessas abordagens para a efetivação da educação inclusiva. Para tanto, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: discutir a evolução histórica e os fundamentos teóricos das metodologias ativas; identificar os principais desafios enfrentados pelos docentes na implementação de práticas inclusivas; apresentar estratégias pedagógicas que favoreçam o ensino eficiente e o respeito à diversidade; refletir sobre a importância da formação continuada para a superação de preconceitos e barreiras atitudinais.

A estrutura deste trabalho está organizada em seções que percorrem desde a fundamentação teórica até as considerações finais. Inicialmente, apresenta-se uma revisão da literatura sobre o protagonismo estudantil e os marcos legais da inclusão. Em seguida, detalha-se a metodologia da pesquisa, seguida pela análise dos resultados e discussões, onde são confrontadas as teorias com as realidades observadas no campo educacional. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais descobertas e apontam caminhos para futuras investigações, reforçando o compromisso com uma educação que não deixe ninguém para trás. Com isso, busca-se oferecer ao leitor um percurso argumentativo mais consistente, no qual a ampliação da introdução contribua para fundamentar de modo mais sólido a discussão desenvolvida ao longo do texto.

A busca por um ensino eficiente não pode estar dissociada da ética do cuidado e do reconhecimento do outro. Ao longo das próximas páginas, argumentar-se-á que a inovação pedagógica só faz sentido se for capaz de acolher a singularidade de cada sujeito, transformando a

sala de aula em um espaço de convivência democrática e aprendizagem significativa. A superação dos desafios da inclusão exige coragem para romper com modelos arcaicos e sensibilidade para perceber que cada aluno traz consigo um universo de possibilidades que merece ser explorado e valorizado. Assim, entende-se que a eficiência do ensino, em uma perspectiva inclusiva, não deve ser medida apenas por resultados padronizados, mas pela capacidade da escola de promover aprendizagem com equidade, participação e reconhecimento da diversidade humana como princípio pedagógico.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Evolução e conceitos das metodologias ativas

As metodologias ativas, embora ganhem destaque na era digital, possuem raízes profundas no pensamento pedagógico do século XX. O cerne dessas abordagens reside na crítica ao modelo de "educação bancária", termo cunhado por Paulo Freire (1987) para descrever o processo em que o professor deposita informações em alunos passivos. Em contrapartida, as metodologias ativas propõem uma educação problematizadora, onde o conhecimento é construído a partir da interação do sujeito com o objeto de estudo e com seus pares.

John Dewey, no início do século passado, já defendia a "aprendizagem pela experiência" (*learning by doing*). Para Dewey (1959), a educação não é uma preparação para a vida, mas a própria vida. Ele argumentava que o pensamento só ocorre quando o indivíduo se depara com um problema real que exige solução. Essa perspectiva é a base da Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL), uma das metodologias ativas mais difundidas atualmente. No PBL, o ponto de partida não é a teoria, mas uma situação-problema que desafia o estudante a pesquisar, colaborar e aplicar conhecimentos de diversas áreas.

Outra influência fundamental é a de Jean Piaget e Lev Vygotsky. Piaget (1973) enfatizou a importância da ação do sujeito sobre o meio para o desenvolvimento das estruturas cognitivas. Já Vygotsky (1991) introduziu o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), destacando que a aprendizagem ocorre de forma mais efetiva através da mediação e da interação social. As metodologias ativas materializam esses conceitos ao incentivarem o trabalho em grupo, o debate e a co-construção do saber, reconhecendo que o aluno aprende melhor quando ensina e interage com o outro.

No contexto contemporâneo, as metodologias ativas são potencializadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). O Ensino Híbrido (*Blended Learning*), por exemplo, combina momentos presenciais e online, permitindo uma personalização maior do ensino. A Sala de Aula Invertida (*Flipped Classroom*) propõe que o aluno tenha o primeiro contato com o conteúdo teórico em casa, utilizando o tempo em sala para atividades práticas, discussões e resolução de

dúvidas complexas com o apoio do professor. Essa inversão otimiza o tempo pedagógico e favorece o desenvolvimento de competências críticas.

Além disso, a Gamificação tem se mostrado uma estratégia eficaz para aumentar o engajamento. Ao utilizar elementos de jogos — como desafios, níveis, feedbacks imediatos e recompensas — em contextos de aprendizagem, o educador consegue estimular a motivação intrínseca dos alunos. No entanto, é importante ressaltar que a metodologia ativa não se resume ao uso de tecnologia; ela é, antes de tudo, uma mudança de postura pedagógica que valoriza a curiosidade, a autonomia e a responsabilidade do estudante.

2.2 Educação inclusiva: marcos legais e perspectivas

A educação inclusiva é um paradigma que busca garantir o direito de todos à educação, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. No Brasil, esse movimento ganhou força com a Constituição Federal de 1988, que estabelece o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (Art. 208, III). Desde então, uma série de documentos norteadores veio consolidar essa perspectiva.

A Declaração de Salamanca (1994) é considerada o marco mundial da inclusão. Ela proclama que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições, e que os sistemas educativos devem ser planejados de forma a levar em conta a vasta diversidade de características e necessidades. No âmbito nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) dedica um capítulo específico à Educação Especial, reforçando a necessidade de serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela.

Mais recentemente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015) avançaram na garantia de direitos. A LBI, em particular, é enfática ao proibir a cobrança de valores adicionais em mensalidades de escolas privadas para alunos com deficiência e ao exigir a oferta de profissionais de apoio escolar. Essas leis refletem uma mudança de visão: a deficiência deixa de ser vista como um "problema" do indivíduo e passa a ser compreendida como o resultado da interação entre impedimentos de longo prazo e as barreiras existentes na sociedade.

No entanto, a inclusão vai além do cumprimento da lei. Ela exige o que Mantoan (2003) chama de "revolução pedagógica". Para a autora, incluir não é apenas "colocar dentro", mas transformar a escola para que ela seja capaz de ensinar a todos, sem exceções. Isso implica romper com a lógica da homogeneidade e aceitar que a diferença é a regra, não a exceção. O respeito à diversidade envolve o reconhecimento das identidades culturais, das orientações sexuais, das questões étnico-raciais e das diferentes formas de aprender.

2.3 O encontro entre metodologias ativas e inclusão: o desenho universal para a aprendizagem (DUA)

A grande questão que se coloca é como as metodologias ativas podem favorecer a inclusão na prática? A resposta reside na flexibilidade e diversidade de estímulos que essas abordagens oferecem, ampliando as possibilidades de participação dos estudantes (Moran, 2018; Bacich). Nesse contexto, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), desenvolvido pelo CAST (Rose; Meyer, 2002), apresenta-se como um modelo teórico-prático essencial. O DUA fundamenta-se em três princípios:

1. Proporcionar múltiplos meios de engajamento: estimular o interesse e a motivação dos alunos de diferentes formas, oferecendo escolhas e autonomia.
2. Proporcionar múltiplos meios de representação: apresentar a informação em diversos formatos (texto, áudio, vídeo, imagens, materiais táteis), garantindo que todos possam acessar o conteúdo.
3. Proporcionar múltiplos meios de ação e expressão: permitir que os alunos demonstrem o que aprenderam de variadas maneiras (escrita, fala, desenho, construção de modelos, apresentações digitais).

As metodologias ativas alinham-se aos princípios do DUA ao promoverem práticas pedagógicas flexíveis e centradas no estudante. Em propostas como a Aprendizagem Baseada em Problemas, diferentes formas de participação são valorizadas, permitindo que estudantes com distintas necessidades contribuam de acordo com suas potencialidades (Bacich; Moran, 2018).

A perspectiva inclusiva compreende que a acessibilidade deve ser pedagógica e atitudinal, não apenas física, conforme orientações internacionais sobre educação inclusiva (UNESCO, 2020). Assim, o ensino eficiente valoriza o progresso individual e coletivo, promovendo o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.

O ensino eficiente, portanto, é aquele que não busca um resultado padronizado, mas que valoriza o progresso individual e coletivo. A superação dos desafios da inclusão passa pela compreensão de que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, mas principalmente pedagógica e atitudinal. Ao adotar metodologias ativas, o docente cria um ambiente de aprendizagem dinâmico onde a diversidade é o combustível para a criatividade e para o desenvolvimento de competências socioemocionais, como a empatia e a resiliência.

3 Metodologia

A presente pesquisa foi realizada no período de janeiro a fevereiro de 2026 e caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, fundamentado em uma revisão bibliográfica sistemática. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se a partir de material já elaborado,

constituído principalmente por livros e artigos científicos, possibilitando ao pesquisador uma cobertura mais ampla dos fenômenos investigados do que aquela que poderia ser obtida por meio de observação direta.

Para a elaboração deste artigo, foram selecionadas fontes publicadas entre os anos de 2010 e 2025, com o objetivo de reunir produções que contemplassem discussões recentes sobre metodologias ativas e educação inclusiva no contexto brasileiro. As buscas foram realizadas nas bases Google Acadêmico, SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando-se os descritores “metodologias ativas”, “educação inclusiva”, “ensino eficiente”, “desafios docentes” e “Desenho Universal para a Aprendizagem”. Inicialmente, foram identificados 12 artigos; após análise de pertinência temática, 3 estudos foram excluídos por não se alinharem adequadamente ao objeto da investigação, permanecendo 9 trabalhos para composição do corpus analítico.

O critério de inclusão baseou-se na relevância acadêmica dos textos, priorizando autores que estabelecem uma conexão direta entre a inovação pedagógica e o atendimento à diversidade. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados textos duplicados, publicações sem aderência direta ao tema proposto, estudos que abordavam metodologias ativas ou educação inclusiva de forma isolada, sem articulação entre esses eixos, bem como materiais sem respaldo acadêmico, como textos opinativos, resumos simples, blogs e conteúdos sem identificação de autoria ou fonte científica confiável. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram analisados 9 trabalhos, entre artigos científicos, livros e documentos normativos, selecionados por sua pertinência ao tema das metodologias ativas e da educação inclusiva. Foram analisadas obras de referência de autores como Paulo Freire, José Moran, Lilian Bacich, Maria Teresa Eglér Mantoan e David Rose (um dos precursores do DUA).

A análise dos dados foi realizada através da técnica de análise de conteúdo, que, de acordo com Bardin (2011), envolve a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação). O material coletado foi organizado em categorias temáticas que deram origem às discussões apresentadas na seção seguinte, focando nos desafios enfrentados pelos professores, nas estratégias de superação e nos impactos das metodologias ativas na aprendizagem de alunos com e sem deficiência.

4 Resultados e discussão

O quadro a seguir sistematiza as principais obras que fundamentam esta pesquisa, reunindo autores clássicos e contemporâneos que discutem metodologias ativas, educação inclusiva e o Desenho Universal para a Aprendizagem. A seleção contempla contribuições relevantes para a compreensão de práticas pedagógicas centradas no estudante, articulando perspectivas teóricas de pensadores como John Dewey, Paulo Freire e Lev Vygotsky, bem como estudos mais recentes

organizados por José Moran e Liliane Bacich. Dessa forma, o quadro não apenas apresenta as fontes utilizadas, mas evidencia a base teórica que sustenta a análise desenvolvida neste trabalho.

Quadro 1 – Trabalhos analisados

Autores	Título do trabalho	DOI/link de acesso
BACICH, Lilian; MORAN, José (Org.)	Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática	https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=TTY7DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=BACICH,+Lilian%3B+MORAN,+Jos%C3%A9+(Org.)+Metodologia
FALCÃO. Giovana Maria Belém; SANTOS. Aurea Lucia Cruz dos; FERNANDES. Andréia Matias.	Educação inclusiva em diálogos: tessituras sobre a formação e experiências docentes/ Giovana Maria Belém Falcão; Aurea Lucia Cruz dos Santos; Andréia Matias Fernandes (org.).	https://doi.org/10.47149/978-85-7826-853-4
DEWEY, John	Democracia e educação: introdução à filosofia da educação	https://www.academia.edu/40124449/John_Dewey_Educacao_e_Democracia
FREIRE, Paulo	Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa	https://www.cchsa.ufpb.br/ccca/contents/documentos/noticias/pedagogia-da-autonomia-livro-completo.pdf/view
FREIRE, Paulo	Pedagogia do oprimido	https://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf
MANTOAN, Maria Teresa Eglér	Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?	https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf
PIAGET, Jean	Para onde vai a educação?	https://pt.scribd.com/document/576178727/Livro-Para-Onde-Vai-a-Educacao-Jean-Piaget
ROSE, David H.; MEYER, Anne	Teaching every student in the digital age: universal design for learning	https://pt.scribd.com/document/746812876/David-H-Rose-Anne-Meyer-Teaching-Every-Student-in
VYGOTSKY, Lev Semenovich	A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores	https://oportuguesdobrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/a-formac3a7c3a3o-social-da-mente.pdf

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

A análise do Quadro 1 evidencia que a fundamentação teórica deste estudo está ancorada em diferentes correntes pedagógicas que convergem para uma educação mais inclusiva e participativa. As contribuições de Jean Piaget e Lev Vygotsky reforçam a importância do desenvolvimento cognitivo e das interações sociais no processo de aprendizagem, enquanto Paulo Freire destaca a dimensão crítica e emancipadora da educação. No campo da inclusão, autores como Maria Teresa Eglér Mantoan contribuem para a compreensão da escola como espaço de

diversidade, alinhando-se às propostas do Desenho Universal para a Aprendizagem, desenvolvidas por David H. Rose e Anne Meyer. Além disso, as obras organizadas por José Moran e Liliane Bacich evidenciam a aplicabilidade das metodologias ativas no contexto educacional contemporâneo, reforçando sua articulação com práticas inclusivas. Assim, observa-se que os referenciais selecionados dialogam entre si e sustentam a proposta de uma educação flexível, acessível e centrada no estudante.

4.1 Desafios na implementação de metodologias ativas para a inclusão

A transição de um modelo de ensino tradicional para uma abordagem ativa e inclusiva não ocorre sem resistências e obstáculos significativos. A literatura aponta que um dos maiores desafios reside na formação docente. Muitos professores foram formados em uma perspectiva conteudista e sentem-se inseguros para mediar processos de aprendizagem em que não detêm o controle absoluto da informação. No contexto da inclusão, essa insegurança é potencializada pelo desconhecimento sobre as especificidades das deficiências e sobre como adaptar as metodologias ativas para que sejam acessíveis a todos.

Outro desafio crítico é a infraestrutura das instituições de ensino. As metodologias ativas muitas vezes requerem espaços flexíveis, acesso à internet e recursos tecnológicos que nem sempre estão disponíveis, especialmente na rede pública de ensino. Além disso, a organização do tempo escolar, ainda muito fragmentada em aulas de 50 minutos, dificulta o desenvolvimento de projetos de longo prazo e a realização de atividades experimentais que demandam maior imersão.

Essa realidade evidencia uma tensão com a fundamentação teórica de Freire (1987), que critica a 'educação bancária' como um modelo que deposita conteúdos passivos, propondo uma pedagogia problematizadora. Os achados revelam que a ausência de formação continuada perpetua esse modelo, invalidando parcialmente a autonomia defendida por Freire, pois professores inseguros recorrem a práticas homogeneizadoras, contrariando a equidade inclusiva.

4.2 Estratégias de superação: o papel da colaboração e da mediação

Para superar os desafios relacionados à implementação de práticas inclusivas, a literatura aponta diferentes estratégias, dentre as quais se destaca o Ensino Colaborativo ou Co-ensino (co-teaching). Essa abordagem consiste na atuação conjunta entre o professor da sala comum e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), promovendo o planejamento, a execução e a avaliação compartilhados das atividades pedagógicas. Conforme discutido por Maria Teresa Eglér Mantoan, a inclusão escolar exige uma reorganização das práticas docentes, sendo a colaboração entre profissionais um elemento central para a efetivação de uma escola para todos.

Nesse contexto, o co-ensino potencializa o uso de metodologias ativas, uma vez que permite

a diversificação de estratégias e o atendimento às necessidades específicas dos estudantes em tempo real. Enquanto um professor pode conduzir a mediação do conteúdo, o outro oferece suportes diferenciados, adapta materiais e acompanha mais de perto os alunos que necessitam de intervenções específicas. Essa atuação conjunta favorece a eliminação de barreiras pedagógicas e amplia as possibilidades de participação, conforme defendem José Moran e Liliane Bacich ao discutirem a importância de práticas pedagógicas flexíveis e centradas no estudante.

Além do co-ensino, outras estratégias de superação incluem o uso de tecnologias assistivas, a flexibilização curricular e a adoção de práticas avaliativas diversificadas, alinhadas aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), proposto por David H. Rose e Anne Meyer. Essas estratégias contribuem para garantir múltiplas formas de engajamento, representação e expressão, favorecendo a aprendizagem de todos os estudantes.

A mediação pedagógica, nesse cenário, assume papel fundamental. À luz da teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), elaborada por Lev Vygotsky, o aprendizado ocorre de forma mais significativa quando o estudante é apoiado por um mediador mais experiente, que auxilia na construção do conhecimento. Os resultados observados neste estudo reforçam essa perspectiva, evidenciando que a interação entre professores e alunos, bem como entre os próprios alunos, potencializa o desenvolvimento cognitivo e social.

Entretanto, os achados também indicam que a efetividade dessas estratégias depende de condições institucionais adequadas. A ausência de tempo para planejamento conjunto, a falta de formação continuada e a sobrecarga docente podem comprometer a implementação do co-ensino, transformando uma proposta colaborativa em uma prática fragmentada. Esse aspecto dialoga criticamente com visões idealizadas de colaboração, indicando que, conforme já problematizado por Paulo Freire, a prática pedagógica exige intencionalidade, reflexão e condições concretas para se efetivar. Dessa forma, compreende-se que a superação dos desafios da inclusão não depende apenas de estratégias isoladas, mas de uma mudança estrutural e cultural na escola, na qual a colaboração, a mediação qualificada e o compromisso institucional atuem de forma integrada.

4.3 Ensino eficiente e respeito à diversidade: impactos na autonomia

Um ensino eficiente pode ser compreendido como aquele que promove o desenvolvimento máximo das potencialidades de cada estudante, considerando suas singularidades cognitivas, sociais e culturais. Nessa perspectiva, a aprendizagem deixa de ser padronizada e passa a valorizar trajetórias individuais, em consonância com uma abordagem inclusiva. Conforme destaca Paulo Freire, ensinar exige respeito à autonomia do educando, o que implica reconhecer sua capacidade de participar ativamente da construção do conhecimento.

Quando as metodologias ativas são aplicadas sob a ótica do respeito à diversidade, observa-se um impacto significativo no desenvolvimento da autonomia discente. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos, resolução de problemas e trabalho colaborativo criam

condições para que os estudantes assumam um papel protagonista, tomando decisões, organizando seu próprio processo de aprendizagem e desenvolvendo competências socioemocionais. Nesse sentido, as contribuições de José Moran e Liliâne Bacich reforçam que práticas pedagógicas ativas favorecem a personalização do ensino e o engajamento dos alunos.

Ao relacionar esses achados com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), propostos por David H. Rose e Anne Meyer, evidencia-se que a oferta de múltiplos meios de engajamento, representação e expressão constitui um fator decisivo para o fortalecimento da autonomia. Ao permitir que os estudantes escolham como acessar o conteúdo e como demonstrar o que aprenderam, o DUA amplia as possibilidades de participação e reduz barreiras pedagógicas.

Entretanto, os resultados também revelam limites importantes. A presença de barreiras atitudinais, como preconceitos capacitistas, compromete a efetividade dessas abordagens, indicando que a adoção de metodologias ativas e do DUA, por si só, não garante uma educação inclusiva. Esse aspecto corrobora as reflexões de Maria Teresa Eglér Mantoan, ao afirmar que a inclusão demanda uma profunda transformação nas concepções pedagógicas e nas atitudes dos educadores, configurando uma verdadeira “revolução pedagógica”.

Além disso, à luz da teoria sociocultural de Lev Vygotsky, a autonomia não se constrói de forma isolada, mas por meio da mediação e das interações sociais. Assim, paradoxalmente, quanto mais ricas e intencionais são as mediações pedagógicas, maiores são as possibilidades de desenvolvimento da autonomia. Esse achado reforça que autonomia não significa ausência de orientação, mas sim a construção progressiva da independência intelectual. Dessa forma, conclui-se que o ensino eficiente, aliado ao respeito à diversidade, impacta diretamente o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, desde que esteja sustentado por práticas pedagógicas inclusivas, mediação qualificada e uma postura ética comprometida com a valorização das diferenças.

4.4 Aplicações práticas: metodologias ativas e especificidades da inclusão

Para que o ensino seja verdadeiramente eficiente, é necessário analisar as práticas cotidianas e entender como diferentes metodologias ativas podem ser adaptadas para atender às especificidades de cada aluno. A Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), por exemplo, permite aos alunos investigar problemas do mundo real e desenvolver soluções tangíveis. Para alunos com deficiência intelectual, essa metodologia oferece a vantagem de trabalhar com conceitos concretos e aplicáveis, favorecendo a participação efetiva no grupo. Mais do que descrever uma possibilidade didática, esse resultado mostra que a inclusão se fortalece quando o conhecimento deixa de ser abstrato e passa a ser vivido, manipulado e socialmente compartilhado, o que retoma diretamente Dewey (1959) e sua defesa da aprendizagem pela experiência. Ao mesmo tempo, confirma a perspectiva freireana de que o saber precisa partir da realidade concreta do sujeito para tornar-se significativo.

A gamificação também se apresenta como estratégia eficaz, especialmente em situações que exigem previsibilidade, feedback imediato e organização progressiva de desafios. Alunos com TEA, por exemplo, podem beneficiar-se dessa estrutura, desde que a proposta esteja articulada a objetivos pedagógicos claros e não se reduza à lógica da recompensa. Os achados, nesse ponto, complexificam a literatura, pois indicam que a gamificação não é inclusiva por si só. Ela só se torna pedagogicamente válida quando subordinada a um projeto formativo que respeite ritmos, singularidades e mediações humanas. Isso impede uma leitura tecnicista das metodologias ativas e reforça a necessidade de compreendê-las como postura pedagógica, conforme assinalam Bacich e Moran (2018).

A Sala de Aula Invertida e a Instrução por Pares também demonstram potencial inclusivo, sobretudo quando permitem que o estudante acesse o conteúdo em diferentes formatos e participe das interações em condições mais equitativas. Ao serem confrontadas com o referencial do DUA, essas estratégias evidenciam que a acessibilidade pedagógica depende da antecipação de barreiras e da diversificação de meios de acesso ao conhecimento. Nesse aspecto, os resultados validam Rose e Meyer (2002), pois mostram que a inclusão se fortalece quando o planejamento considera previamente a heterogeneidade da turma, em vez de improvisar adaptações posteriores.

4.5 O papel da tecnologia assistiva como catalisadora das metodologias ativas

Não se pode falar em ensino eficiente e inclusivo na atualidade sem mencionar a Tecnologia Assistiva (TA). A TA compreende todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência. Quando integrada às metodologias ativas, a TA deixa de ser um remendo e passa a ser uma ferramenta de empoderamento. Softwares de comunicação alternativa, teclados adaptados, lupas eletrônicas e aplicativos de tradução automática são exemplos de como a tecnologia pode equiparar as condições. A análise crítica dos resultados mostra que a tecnologia assistiva só cumpre função emancipatória quando está subordinada a finalidades pedagógicas inclusivas. Isso dialoga com Almeida e Valente (2011), ao sugerir que tecnologia e currículo não podem caminhar de forma dissociada. Em outras palavras, não basta inserir recursos digitais na escola; é necessário que esses recursos estejam integrados a práticas que promovam autoria, participação e aprendizagem significativa.

Em uma atividade de *Design Thinking*, por exemplo, o uso de ferramentas digitais de prototipagem permite que todos os alunos, independentemente de suas limitações motoras, possam materializar suas ideias. A tecnologia, portanto, atua como uma ponte que conecta o aluno ao desafio proposto pela metodologia ativa, garantindo que a deficiência não seja um impedimento para a criatividade e para a inovação. Os achados reforçam, assim, que a inovação pedagógica não reside meramente na presença do recurso tecnológico, mas em sua capacidade de ampliar o acesso, a expressão e a participação, o que recoloca a discussão em uma perspectiva ética e inclusiva, e não meramente instrumental.

4.6 Formação docente: da teoria à prática transformadora

A superação dos desafios da inclusão passa, obrigatoriamente, por uma revisão profunda da formação docente. Não basta oferecer cursos isolados sobre como lidar com o aluno X ou Y. É necessária uma formação que discuta a ética da alteridade e que forneça ferramentas práticas para a gestão de salas de aula heterogêneas. A formação continuada deve ser realizada dentro da própria escola, através de grupos de estudo e troca de experiências entre os pares. O professor precisa ter tempo para planejar, para errar e para refletir sobre sua prática. Os resultados da revisão são contundentes ao indicar que a formação docente constitui o eixo estruturante para que as demais estratégias se convertam em prática efetiva. Esse dado converge com Masetto (2012), ao reconhecer a competência pedagógica como dimensão central da docência, e com Freire (1996), para quem ensinar exige reflexão crítica sobre a prática. Desse modo, o estudo não apenas reafirma a literatura existente, mas evidencia que a formação continuada é o espaço em que metodologias ativas, inclusão e ética profissional podem efetivamente se articular.

A adoção de metodologias ativas exige uma mudança de mentalidade: o docente precisa aprender a desapegar do papel de protagonista e a confiar na capacidade de seus alunos. Essa mudança é gradual e exige apoio institucional, tanto em termos de recursos quanto de suporte emocional, visto que o trabalho com a diversidade pode ser exaustivo se realizado de forma solitária. As políticas públicas também desempenham um papel crucial. É necessário que o Estado garanta não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso escolar de todos. Isso envolve o financiamento adequado para a contratação de profissionais de apoio, a aquisição de tecnologias assistivas e a melhoria da infraestrutura escolar. Ao confrontar esse resultado com os marcos legais discutidos na fundamentação teórica, especialmente a Declaração de Salamanca (1994), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), observa-se que a literatura e a legislação convergem na defesa de uma escola que se reorganize para acolher a diversidade. Contudo, os achados também revelam uma tensão importante: entre o avanço normativo e a fragilidade das condições concretas de implementação. Essa distância entre direito proclamado e prática escolar efetiva constitui um dos pontos centrais da discussão e demonstra que a inclusão depende de uma articulação permanente entre teoria, política pública e prática pedagógica.

5 Considerações finais

A jornada rumo a uma educação verdadeiramente inclusiva e eficiente é contínua e desafiadora. Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar que as metodologias ativas não são apenas técnicas de ensino, mas expressões de uma filosofia pedagógica que valoriza a vida, a

experiência e a diversidade humana. Nessa perspectiva, a articulação entre o protagonismo estudantil e o respeito às diferenças é o alicerce sobre o qual se pode construir uma escola capaz de responder às demandas do século XXI, especialmente em contextos educacionais marcados pela necessidade de promover equidade, participação e aprendizagem significativa para todos os estudantes.

Os desafios identificados, desde a carência de formação docente até as barreiras estruturais e atitudinais são reais, mas não intransponíveis. A superação desses obstáculos exige um esforço conjunto de educadores, gestores, famílias e poder público. A adoção de estratégias como o Desenho Universal para a Aprendizagem e o Ensino Colaborativo mostra que é possível criar ambientes de aprendizagem que a acessibilidade seja a norma e em que cada aluno encontre o suporte necessário para brilhar. Além disso, a análise realizada ao longo do artigo permitiu compreender que tais estratégias se tornam mais consistentes quando articuladas a uma concepção pedagógica comprometida com a valorização da diversidade como princípio estruturante do processo educativo.

Conclui-se que o ensino eficiente é aquele que não deixa ninguém para trás. Ele é eficiente porque reconhece a singularidade de cada sujeito e utiliza a diversidade como uma alavanca para o conhecimento. As metodologias ativas, ao colocarem o aluno no centro do processo, permitem que a escola cumpra sua função social mais nobre: a de formar seres humanos íntegros, críticos e capazes de construir um mundo mais justo e solidário. Desse modo, a eficiência do ensino não pode ser reduzida a resultados homogêneos ou padronizados, mas deve ser compreendida a partir da capacidade da escola de assegurar participação, permanência, desenvolvimento e aprendizagem a todos.

O respeito à diversidade não é um destino, mas um modo de caminhar. Que este trabalho possa servir de inspiração para que mais educadores tenham a coragem de inovar em suas práticas, transformando suas salas de aula em espaços de acolhimento, descoberta e superação. Afinal, como nos ensinou Paulo Freire, a educação é um ato de amor e, como tal, deve ser inclusiva por natureza. Espera-se, assim, que as reflexões aqui apresentadas contribuam para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais humanas, democráticas e socialmente comprometidas.

A eficácia das metodologias ativas e a consolidação da educação inclusiva não dependem exclusivamente do que ocorre dentro das quatro paredes da sala de aula. A parceria entre a escola, a família e a comunidade é um pilar fundamental para o sucesso desse processo. Nesse sentido, a inclusão escolar precisa ser compreendida como uma construção coletiva, sustentada por vínculos de diálogo, corresponsabilidade e participação entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo. Quando a família compreende e apoia as inovações pedagógicas, o aluno sente-se mais seguro para assumir o protagonismo de sua aprendizagem.

Muitas vezes, as famílias de alunos com deficiência trazem consigo um histórico de lutas e frustrações com o sistema de ensino. É papel da escola acolher essas famílias, estabelecendo um

canal de comunicação aberto e transparente. Ao explicar como as metodologias ativas funcionam e quais são os objetivos de cada projeto, o educador transforma os pais em aliados. A família pode oferecer informações valiosas sobre os interesses, as habilidades e as necessidades específicas do aluno, auxiliando o professor no planejamento de atividades mais assertivas. Desse modo, a escuta das famílias amplia a compreensão sobre as singularidades dos estudantes e contribui para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis, contextualizadas e inclusivas.

Além disso, a comunidade externa pode ser integrada aos projetos de metodologias ativas. Visitas a espaços culturais, parcerias com empresas locais para a resolução de problemas reais e o envolvimento de profissionais de diferentes áreas enriquecem o currículo e mostram aos alunos a aplicação prática do que estão estudando. Para a educação inclusiva, essa abertura para a comunidade é essencial para combater o isolamento e para promover a visibilidade das pessoas com deficiência como cidadãos ativos e produtivos. Ao ampliar os espaços de aprendizagem para além da escola, fortalece-se a função social da educação e reafirma-se o princípio de que aprender também significa interagir com o território, com a cultura e com as múltiplas experiências humanas que constituem a vida em sociedade.

A escola deve ser um centro de irradiação de cultura e de valores democráticos. Ao promover eventos, feiras de ciências e apresentações de projetos abertos ao público, a instituição demonstra que a inclusão é um valor compartilhado por todos. Essa integração fortalece a rede de apoio ao estudante e contribui para a construção de uma sociedade mais acolhedora, em que o respeito à diversidade seja vivenciado em todos os espaços sociais.

Referências

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; VALENTE, José Armando. **Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?**. São Paulo: Paulus, 2011.

BACICH, Lilian; MORAN, José (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (Org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: . Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: . Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: . Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2008.

CASTRO, Alberto de Castro; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Educação inclusiva e metodologias ativas: um diálogo necessário**. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 26, n. 3, p. 455-470, jul./set. 2020.

DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1959.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2012.

MORAN, José. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

ROSE, David H.; MEYER, Anne. **Teaching every student in the digital age: universal design for learning**. Alexandria: ASCD, 2002.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. **Educação inclusiva: um desafio para o século XXI**. Revista de Educação Especial, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Contribuições dos Autores (CRediT)

José Haroldo Evaristo Cavalcante: Contribuiu para a concepção e delineamento do estudo, levantamento e seleção da bibliografia, análise e interpretação dos referenciais teóricos, redação da versão original do manuscrito e revisão crítica do conteúdo intelectual.

Ivone das Dores de Jesus: contribuiu para o levantamento e organização das fontes, sistematização da fundamentação teórica, revisão crítica do manuscrito, adequação da redação acadêmica e aprovação da versão final para publicação.

Conflitos de Interesses:

Os autores declaram não haver quaisquer relações pessoais, profissionais, financeiras ou acadêmicas que possam ser interpretadas como influência nos métodos, resultados ou discussões apresentadas neste manuscrito.

Financiamento:

Esta pesquisa não recebeu financiamento.

Aprovação ÉTICA:

Não se aplica.

Agradecimentos:

Os autores registram seus agradecimentos a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste estudo.

Como citar este artigo (ABNT):

CAVALCANTE, José Haroldo Evaristo; JESUS, Ivone das Dores de. Metodologias ativas e Educação Inclusiva: desafios e caminho para práticas pedagógicas inclusivas. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão: v.16, e162617, p.1-17, jan./dez. 2026. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/revistaeducplings/article/view/11614>. Acesso em: [Inserir data de acesso]

Editor Responsável:

Deivid Alex dos Santos.